

Superior Tribunal de Justiça

QUESTÃO DE ORDEM Nº 1, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019 ProAfR no RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.588 - MT (2018/0292757-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - MT009172B
JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - MT018440
ROSILENE MARCELO E OUTRO(S) - MT008886
RECORRIDO : LUCIELIA CONCEICAO OLIVEIRA FARAH
ADVOGADO : JOELI MARIANE CASTELLI E OUTRO(S) - MT016746

QUESTÃO DE ORDEM

O SENHOR MINISTRO MOURA RIBEIRO:

Cuida-se de proposta de afetação de recurso especial para julgamento sob o rito dos repetitivos com fundamento nos arts. 1.036 a 1.041, todos do NCPC, e 256-I do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com a redação que lhe foi dada pela Emenda 24, de 28/9/2016, publicada no DJe de 14/10/2016.

A questão jurídica a ser dirimida cinge-se em definir **se as operadoras de plano de saúde estão ou não obrigadas a custear tratamento médico não contido no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.**

Esta eg. Segunda Seção, durante o período de votação, mostrou-se dividida quanto a própria afetação do tema, bem assim quanto a delimitação da proposição.

Nesse contexto, **3 Ministros** não concordaram com a afetação; **3 Ministros** concordaram com a afetação, nos termos em que por mim proposta; e, **3 Ministros** acompanharam a em. Ministra NANCY ANDRIGHI em sua manifestação (pela afetação, com várias alterações).

Desse modo, a certidão de julgamento ficou assim redigida:

Superior Tribunal de Justiça

Certifico que a egrégia SEGUNDA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Segunda Seção, por maioria, acolheu a proposta de afetação ao rito dos recursos repetitivos, nos termos sugeridos pelo Sr. Ministro Relator, vencidos os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Villas Bôas Cueva e Raul Araújo, que votaram pela não afetação.

Quanto à suspensão, a Seção, por maioria, decidiu não suspender os processos pendentes que versem sobre a mesma questão jurídica, vencida a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Quanto à delimitação da tese, sua definição será levada à deliberação do colegiado em sessão presencial.

Votaram com o Sr. Ministro Relator, pela afetação, os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi, Marco Aurélio Bellizze e Nancy Andrighi.

Votaram com o Sr. Ministro Relator, pela não suspensão, os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

Por esse motivo, visando finalizar a apuração, apresento a presente Questão de Ordem para levar aos pares minha proposta de **não afetação**.

Isso porque, no caso, após melhor reflexão quanto ao tema, especialmente em atenção a manifesta ausência de *quorum* qualificado – apenas **3 Ministros** concordaram com a minha proposta e, por igual, somente **3 Ministros** acompanharam a em. Ministra NANCY ANDRIGHI em sua manifestação, que me acompanhou com algumas alterações –, tenho que o presente recurso especial não está devidamente qualificado para representar a controvérsia.

Nessas condições, por não existir sequer a concordância da maioria simples dos em. Ministros desta Eg. Segunda Seção, proponho a **não afetação** deste recurso especial como representativo da controvérsia.

Superior Tribunal de Justiça

É como voto.



Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO DE JULGAMENTO SEGUNDA SEÇÃO

ProAfR no

Número Registro: 2018/0292757-1 **PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.777.588 / MT**

Números Origem: 00276860220168110041 1140687 1468732017 27686022016
276860220168110041 39857/2018 398572018 77843/2018 778432018

EM MESA

JULGADO: 25/09/2019

Relator

Exmo. Sr. Ministro **MOURA RIBEIRO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **SADY D'ASSUMPÇÃO TORRES FILHO**

Secretária

Bela. **ANA ELISA DE ALMEIDA KIRJNER**

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral

PROPOSTA DE AFETAÇÃO

RECORRENTE : UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO - MT009172B
JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - MT018440
ROSILENE MARCELO E OUTRO(S) - MT008886
RECORRIDO : LUCIELIA CONCEICAO OLIVEIRA FARAH
ADVOGADO : JOELI MARIANE CASTELLI E OUTRO(S) - MT016746

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia SEGUNDA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Após questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro Relator, a Seção, por unanimidade, desafetou o processo do rito dos recursos repetitivos.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Buzzi e Marco Aurélio Bellizze acompanharam o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino.